

## JOSEFINA ALVARES DE AZEVEDO E A PEÇA TEATRAL *O VOTO FEMININO*: A ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE LUTA

Mônica Karawejczyk – karawejczyk@gmail.com

Pós-Doutoranda e professora colaboradora no PPG-História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e bolsista PNPd-Capes.

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é o de apresentar Josefina Alvares de Azevedo, proprietária e redatora de um jornal no final do século XIX intitulado *A Família* e, através da análise de sua primeira peça teatral, *O Voto Feminino*, destacar o papel da escrita como instrumento de luta feminina. A peça enfatiza os principais argumentos pró e contra a inserção das brasileiras nas lides eleitorais, expondo algumas questões que estavam em voga na época sobre a polêmica questão. Assim se procura enfatizar a perspectiva de uma mulher sobre a questão da inserção feminina no mundo público e político no final do século XIX. A temática exposta na peça conserva sua atualidade ao inquirir sobre questões que, mais de um século depois de sua exposição, continuam polêmicas e sem solução. A baixa participação das mulheres na vida política nacional figura, no século XXI, como uma das preocupações atuais de pesquisadores e tem sido, inclusive, alvo de medidas governamentais que procuram estimular o acesso às vias tradicionais do poder com a estipulação de cotas para as mulheres nos partidos políticos. Tal fenômeno se manifesta em termos nacional, estadual e municipal, mostrando a atualidade dos questionamentos propostos por Josefina Alvares de Azevedo na sua obra.

**PALAVRAS-CHAVE:** emancipação feminina; Josefina Alvares de Azevedo; participação política; voto feminino.

Josefina Alvares de Azevedo foi uma mulher do século XIX que soube se utilizar da escrita para difundir suas ideias e clamar por reformas para o gênero feminino. Pouco se sabe sobre sua vida pessoal e, mesmo o local de seu nascimento, é motivo de controvérsia. Enquanto Valéria Souto-Maior (2001) informa que Josefina nasceu em Recife, na província de Pernambuco, em 1851, outros autores divulgam que ela teria nascido em Itaboraí, no Rio de Janeiro (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

As divergências continuam ao se tentar estabelecer, por exemplo, seu parentesco com Manuel Antônio Alvares de Azevedo, uns acreditam que Josefina era filha ilegítima do pai do poeta enquanto outros afirmam ser sua prima. Também se desconhece, até o momento, maiores informações sobre a data do seu falecimento. Contudo sua vida pública é melhor conhecida. Em 1878 ela se mudou para São Paulo onde fundou, dez anos depois, o jornal *A Família* cuja sede foi deslocada para o Rio de Janeiro já em 1889. O jornal viria a ser um dos mais combativos e longevos do país, tendo sido publicado até o ano de 1897, praticamente sem interrupção (DUARTE, 2016).

Nas páginas do seu periódico Josefina “defendia a educação feminina como a condição *sine qua non* para construir a emancipação da mulher” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 301). Mas ela não estava sozinha, a escrita foi uma estratégia utilizada por muitas mulheres como forma de expressão e de autoafirmação no século XIX. Segundo Zahidé Muzart (2003) o surgimento de uma imprensa feminina, naquele século, foi devido à necessidade de se ter um veículo onde as mulheres pudessem exprimir suas necessidades e suas reivindicações que abrangiam desde o direito a educação, a uma profissão e também o direito de voto. Constância Duarte, nesse sentido, encontrou mais de 140 “títulos de revista e jornais femininos e feministas, que circularam no país ao longo do século XIX” (DUARTE, 2016, p.18). Assim se pode afirmar que Josefina não era uma voz isolada no Brasil, mas que estava inserida no meio cultural da sua época. Tal como informa a autora:

a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX [...]. Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E, independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm (DUARTE, 2016, p.14).

O texto analisado nesse artigo, a peça teatral intitulada *O Voto Feminino*, faz parte de tal universo, uma vez que, através da escrita, Josefina, começou a se imiscuir no mundo público, masculino por excelência. E, é bom destacar que vários periódicos surgiram, a partir da metade do século, dirigidos e escritos por mulheres e, entre eles cito: *O Sexo Feminino* fundado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, em 1873; as revistas *O Escrínio*, de Andradina de Oliveira, que iniciou suas atividades no ano de 1898 e o *Corimbo*, de Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, o mais longevo de todos tendo sido publicado de 1884 até 1944. Todos esses periódicos tratavam de *assuntos femininos* e abordavam temas variados, trazendo desde moldes de corte e costura, receitas culinárias, poesias, até reivindicações por melhores condições para a vida das brasileiras. Os argumentos encontrados em alguns periódicos dessa imprensa questionam a identidade feminina - até então construída como referência exclusiva ao domínio familiar e doméstico em que as mulheres estavam relegadas-, salientando uma atividade meramente reprodutora da mulher e também uma visão estrita da maternidade, voltado para o cuidado dos filhos e dos idosos, como sendo o papel destinado “naturalmente” as mulheres. Tal como salienta

Maria Bicalho (1989) esses escritos traziam em si uma tentativa de promoção da mulher no interior da família e na sociedade.<sup>1</sup>

Constância Duarte assevera que tais jornais e revistas foram “os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência” (DUARTE, 2016, p.14). E Josefina, através das folhas do seu jornal, fazia questionamentos que anteciparam “a denúncia do gênero feminino enquanto construção ideológica, e exige mudanças radicais na sociedade” (DUARTE, 2016, p.313). Motivo pelo qual *A Família* “foi considerado um dos mais radicais dentre os congêneres naquele período no tocante à luta pelos direitos das mulheres e a emancipação feminina” (PRADO; FRANCO, 2012, p.211).

Josefina Alvares de Azevedo e seu jornal também se destacaram de todos os outros periódicos impressos na época, pela “veemência com que defende as ideias e pela argumentação sempre lúcida e coerente” (DUARTE, 2016, p.314). Como bem destaca Luís Felipe Miguel:

[...] a desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito dos padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes (MIGUEL, 2014, p.17).

Nesse sentido, a peça teatral, objeto de análise nesse artigo, a primeira experiência de Josefina na área, teve um significado importante, uma vez que foi escrita por uma mulher em plena mudança de regime de governo e antes mesmo da feitura da primeira Constituição republicana. Através dessa peça teatral Josefina procurava dar voz às reivindicações femininas por uma maior participação no mundo público.

## INSPIRAÇÃO PARA ESCREVER A PEÇA

Para Valéria Souto-Maior foi com o advento da República que o jornal de Josefina Álvares de Azevedo, *A Família*, mudou a sua linha editorial, deixando de lado inclusive o seu subtítulo, que o acompanhara desde a fundação: o de *jornal literário dedicado à educação da mãe de família*. A mudança no regime político do país “seria a deixa que Josefina esperava para entrar em cena, ofensivamente,

---

<sup>1</sup> Os periódicos femininos eram os mais diversos na época e publicavam matérias defendendo todos os pontos de vista, indo desde uma aceitação total do papel feminino como dona de casa e mãe de família até pedidos de maior participação das mulheres no mundo público e político, tal como aponta Maria Bernardes (1988).

em busca do direito de voto para as mulheres, passo seguinte na caminhada pela sua emancipação social, já iniciada através da educação” (SOUTO-MAIOR, 2001, p.63). Segundo as palavras da própria Josefina,

No fundo escuro e triste do quadro de provações a que votaram a mulher na sociedade brilhará, com a fulgente aurora da República Brasileira, a luz deslumbradora da nossa emancipação? [...] A pátria é livre, a sociedade brasileira vai reconstituir-se sob as bases de uma prometida política libérrima, de vistas amplas, de princípios vitoriosos. Mas em meio de tudo isso o que ficará sendo a mulher brasileira? Qual o destino que lhe reservam no conflito da vida nacional? [...] é necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria. [...]. À mulher como ao homem deve competir a faculdade de preponderar na representação da pátria. Queremos o direito de intervir nas eleições, de eger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições. Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós (*A Família*, 30.nov.1889, p.1).<sup>2</sup>

A partir desse editorial inaugural da nova fase d'*A Família*, Josefina recrudescu seu discurso e transformou seu jornal num autêntico veículo panfletário, não apenas em prol do sufrágio feminino, mas também para convencer as suas leitoras a se tornarem, elas mesmas, veículos de propagação deste ideal. Segundo Valéria Souto-Maior (2001, p.69), “Josefina passa a focalizar nesses artigos os principais e mais recentes fatos e decisões envolvendo direta ou indiretamente a debatida questão do voto feminino”. A inspiração para a feitura da peça, segundo a autora, teria sido deflagrada pela tentativa de renovar o alistamento eleitoral de *Isabel de Sousa Matos*, dentista que, desde 1885 – baseada na lei Saraiva de 1881, que garantia o voto para os portadores de títulos científicos –, teria conseguido se alistar para votar no Estado do Rio Grande do Sul. Isabel, ao se mudar para o Rio de Janeiro, teria procurado uma junta eleitoral para refazer o seu alistamento para votar nas eleições para a Constituinte, que teria sido negado pelo então Secretário de Estado dos Negócios do Interior, José Cesário de Faria Alvim.<sup>3</sup> Segundo a interpretação de Souto-Maior esse teria sido o propulsor que teria inspirado Josefina a escrever sua primeira peça teatral.

---

<sup>2</sup> Todos os periódicos citados ao longo desse artigo foram publicados na cidade do Rio de Janeiro e tiveram sua ortografia atualizada. A consulta foi feita de forma *on-line* no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira e está disponível em: <<http://memoria.bn.br>>.

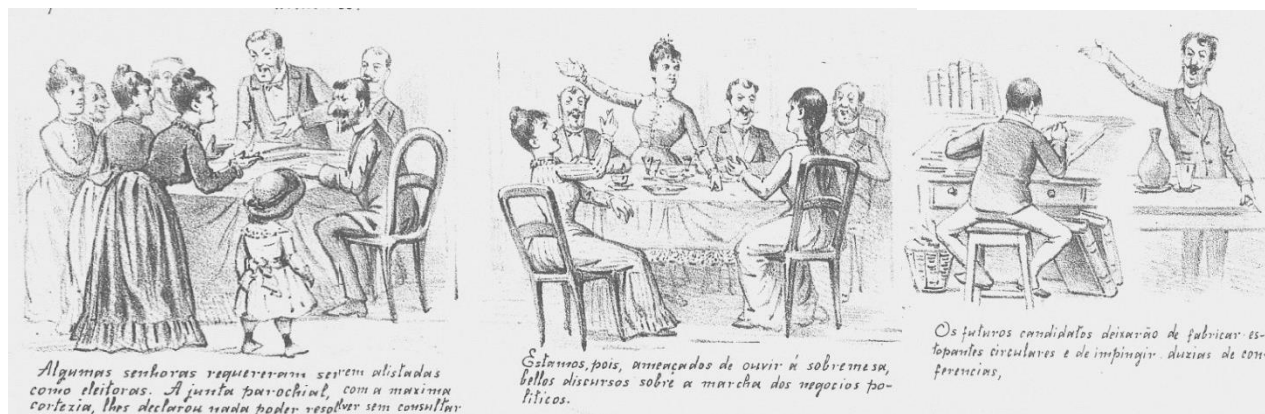
<sup>3</sup> Segundo as disposições gerais do decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, no artigo 69, todos os cidadãos que fossem alistados eleitores, em virtude da lei de 9 de janeiro de 1881, estariam incluídos *ex officio* no alistamento eleitoral pelas comissões distritais e municipais, salvo se tivessem perdido a capacidade política, falecido ou mudado de domicílio para município ou país diferente (BONAVIDES; AMARAL, Vol. III, 2002, p.190).

Contudo, outra versão dos fatos pode ser aqui proposta, através da análise da imprensa da época. O jornal *Diário de Notícias*, em março de 1890, publicou uma nota em que indicava que duas mulheres,

[...] as cidadãs Josepha Cardozo de Faria Leal e Anna Jacintha Cardozo haviam requisitado o alistamento eleitoral no primeiro distrito da paróquia de Sant’Anna. O pedido foi levado em consideração pela comissão eleitoral que ficou de consultar o ‘cidadão ministro do interior’ para definir o desfecho do pedido (*Diário de Notícias*, 15.mar.1890, p.1).

A *Revista Illustrada* comentou tal ato em sua edição de 22 de março, expondo o caso em uma série de charges, como se pode verificar nas figuras 1 a 3 apresentadas a seguir.

**Figura 1** – Charges sobre os pedidos de alistamento feminino



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ed. 583, 22.mar.1890, p.4 e 5.

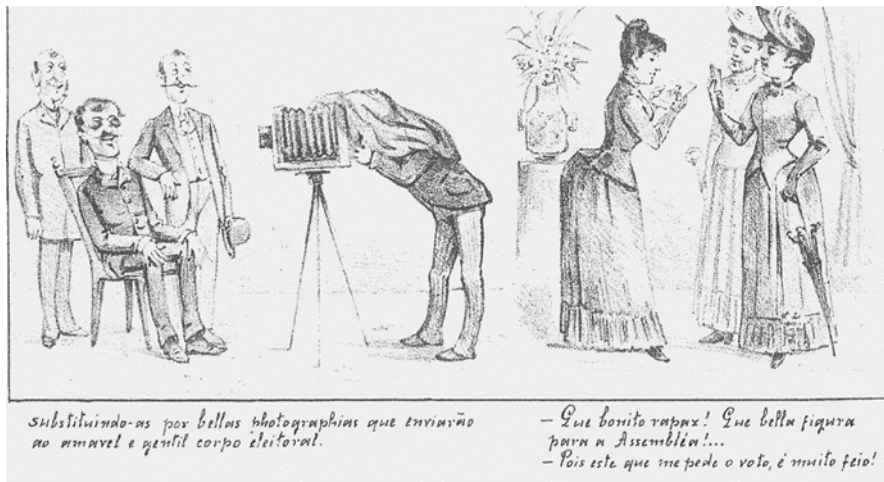
O primeiro desenho da figura 1 destaca uma reunião em torno de uma mesa em que alguns homens estão sentados e um de pé, enquanto três mulheres e uma criança estão do lado contrário da mesa aparentando estar argumentando com eles. A legenda esclarece: “Algumas senhoras requereram serem alistadas como eleitoras. A junta paroquial, com a máxima cortesia, lhes declarou nada poder resolver sem consultar o governo”. Na próxima imagem, vemos reunidos em outra mesa, três homens e duas mulheres sentados enquanto uma mulher está de pé aparentando estar exaltada, enquanto o texto destaca: “Estamos, pois, ameaçados de ouvir à sobremesa, bellos discursos sobre a marcha dos negócios políticos”.

A sequência de desenhos esclarece qual a visão do jornal sobre tal pedido, pois o autor divaga como seria a disputa eleitoral se as mulheres dele participassem, assim se pronunciando: “Os futuros candidatos deixarão de fabricar estopantes [sic] circulares e de impingir dúzias de

conferencias, substituindo-as por belas fotografias que enviarão ao amável e gentil corpo eleitoral”, como se pode observar nos desenhos apresentados à direita da figura 1 e o primeiro da figura 2.

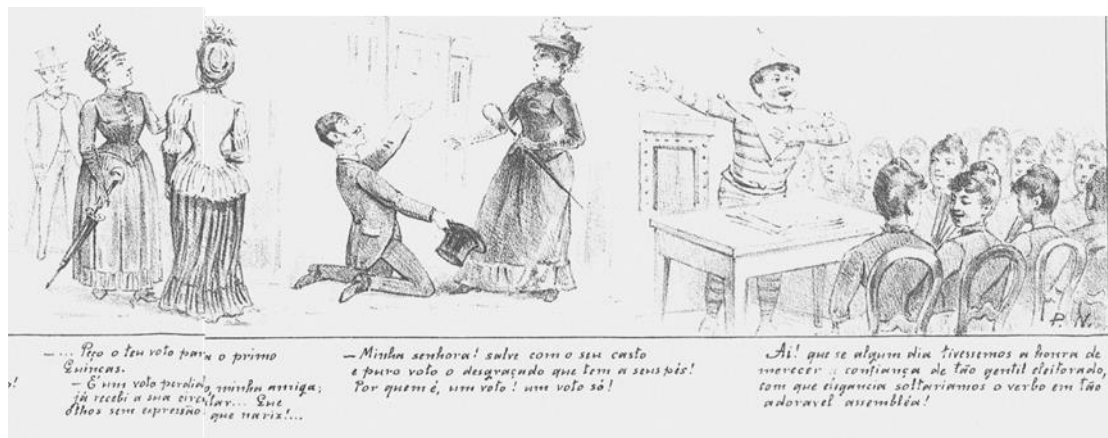
Na última imagem da figura 2 observa-se três mulheres, duas delas com um retrato em mãos, enquanto a outra exclama: “-Que bonito rapaz! Que bela figura para a Assembléa!...” Ao que a sua companheira retruca: “-Pois este que me pede o voto, é muito feio!”. O desfecho da charge se dá em outra sequência de imagens, na qual o autor retoma sua argumentação e destaca a forma como os votos seriam solicitados dali por diante, caso as mulheres participassem do jogo político, baseadas, exclusivamente, na aparência física do candidato. A legenda que acompanha o desenho salienta: “-Peço o teu voto para o primo Quincas. – É um voto perdido, minha amiga, já recebi a sua circular... Que olhos sem expressão! que nariz!”

**Figura 2** – Charges sobre os pedidos de alistamento feminino



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ed. 583, 22.mar.1890, p.4 e 5.

**Figura 3** – Charges sobre os pedidos de alistamento feminino



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ed. 583, 22.mar.1890, p.4 e 5.

O desenho central, da figura 3, mostra um homem aos pés de uma mulher na rua, clamando pelo voto dela, como se um pretendente ao seu coração fosse: “-Minha senhora! salve com o seu casto e puro voto o desgraçado que tem a seus pés! Por que é, um voto! um voto só!” E o último desenho da sequência mostra um homem vestido com trajes de palhaço discursando para uma plateia feminina com a seguinte legenda: “Ai! que se algum dia tivéssemos a honra de merecer a confiança de tão gentil eleitorado, com que elegância soltaríamos o verbo em tão adorável assembleia”.

O fato de esse tipo de material ser apresentado em veículos de circulação, tais como jornais e revistas, dava uma visibilidade grande ao tema, atingindo um público mais amplo. Tais charges colocam em evidência a forma como a demanda pelo voto feminino estava sendo considerada na época, utilizando o recurso da pilhéria e da zombaria. Tal como informa Rachel Soihet (2005; 2013) esse recurso era muito utilizado pelos que desejavam descaracterizar os pedidos femininos de uma maior participação no mundo masculino da política e um dos meios mais eficazes utilizados como um freio para as pretensões femininas. Para Sandra Pesavento (1996, p.37) essa forma de apresentação dos argumentos era feita com “a intenção deliberada de apresentar uma situação cômica ou expor alguém ao ridículo”. De forma que, ao utilizar esse meio de divulgação, podia-se, muitas vezes, ser interpretado como um sinal de alerta lançado por aquele que fazia a pilhéria ou, ainda, “um chamamento à ordem, um alerta sobre comportamentos desviantes, uma exigência de atenção às normas e regras que são desrespeitadas” (PESAVENTO, 1996, p.38).

Outros jornais da capital federal também publicaram matérias sobre o pedido de alistamento feminino, acrescentando dados à discussão. O jornal *O Paiz*, por exemplo, informou que essas mulheres eram esposas de funcionários públicos (15.mar.1890, p.1). Já a *Gazeta de Notícias* dedicou uma boa parte da coluna *Chronica da Semana*, para comentar:

O fato de duas senhoras terem requerido a inclusão dos seus nomes no alistamento eleitoral veio ser motivo para as crônicas diárias da semana finda. Tema farto, abundante, inesgotável, as variações exercidas sobre ele têm sido muitíssimas e todas felizes. Como se deve prever, dividem-se em dois campos os que já disseram a respeito: uns aplaudem, louvam o procedimento das requerentes; outros desaprovam e criticam a pretensão, aplicando-lhe meia dúzia de pilhérias, das que tem por único e inocente fim – matar o adversário (*Gazeta de Notícias*, 23.mar.1890, p.1).

Na sequência, o articulista destaca parte dos argumentos empregados pelos advogados das requerentes, que baseavam sua defesa em dois pontos principais: primeiro, que suas clientes sabiam ler e escrever (requisito interposto na lei eleitoral) e, segundo, que as mulheres no Brasil eram admitidas a se matricular no ensino superior, o que por si só provaria a capacidade feminina para

desempenhar o ato de votar. Os argumentos contrários ao alistamento feminino também são lembrados nessa matéria, e eis como o jornalista os apresenta:

[...] a pilhéria indígena, fertilíssima, a pilhéria que prolifera de um modo espontâneo, assustador, não teve dia para as tréguas; as cartas simuladas, as razões sérias, também as de cabo de esquadra, as *charges*, foram postas em contribuição, para o fim de ser exibida a eleitora como ente impossível de existir entre nós. [...]

Esse trecho evidencia o modo como o assunto estava sendo tratado na época: mais com um tom de pilhéria do que com seriedade, tal como se percebe também nas charges apresentadas na *Revista Ilustrada*. O articulista da *Gazeta* passou, então, a descrever duas hipotéticas cenas vividas num futuro distante, quando o sufrágio seria uma realidade para o público feminino. Em ambas as descrições, o suposto despreparo feminino para participar do momento eleitoral é parte do cenário imaginado pelo jornalista. A última cena descrita é especialmente interessante, uma vez que reúne vários dos argumentos propagados contra a participação feminina na cena pública e política, recebendo inclusive o epíteto de “cena mais realista” pelo articulista, que assim a resume:

Tal cena refere-se ao estado das senhoras eleitoras, que deixarão de ir exercer o sagrado direito, por serem obrigadas a ceder a um dever não menos sagrado, para o qual, sem cédulas nem programas, nem discursos e circulares, se haviam prevenido a longos nove meses...Finalmente [...] recordaram a intervenção indébita dos esposos, a pressão inevitável dos primos, a rusga entre as famílias, o abandono do lar, o perigo de sucumbirem os bebês à míngua de leite e carinhos, a inversão da ordem natural das coisas [...] (*Gazeta de Notícias*, 23.mar.1890, p.1).

Tais argumentos ressaltam o papel da mulher como mãe e procuram dar destaque para o prejuízo que a família sofreria se a mulher conseguisse participar do mundo político. O mesmo jornal – *Gazeta de Notícias* – alguns dias depois publicou a resolução do ministro Alvim: “a legislação vigente, assim como a anterior, não cogitou de conferir as mulheres o direito do voto” (*Gazeta de Notícias*, 26.mar.1890, p.1). Outros jornais também deram destaque para o fato, sendo que O *Diário de Notícias* o fez na capa da sua edição, relatando que

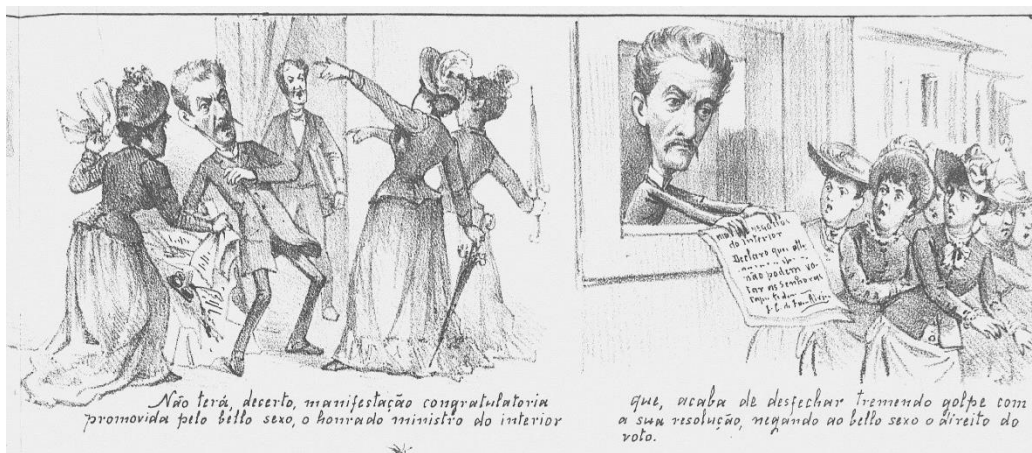
[...] o Sr. Dr. Cesario Alvim, respondendo à consulta que lhe foi feita há pouco, vai declarar que as senhoras não têm o direito de votar. Pelo que o ouvi de três bocas femininas, a resolução do Sr. ministro do interior, como aliás era de se esperar, de tal modo provoca a indignação do belo sexo, que não ficarei admirado se aparecer por aí, em breve, o partido feminino, cem vezes mais ameaçador e numeroso do que o partido católico (*Diário de Notícias*, 26.mar.1890, p.1).

A *Revista Ilustrada*, mais uma vez satirizou o desfecho do caso em uma nova série de charges, publicadas no dia 29 de março, como se pode acompanhar nas figuras 4 a 6 a seguir. Na primeira



sequência de desenhos sobre o tema o autor salientou o fato do ministro não ter permitido o alistamento feminino. A primeira composição mostra o ministro, assustado, cercado por três mulheres, enquanto, logo a seguir, o vemos em primeiro plano, debruçado em uma janela, apresentado um papel escrito para um público feminino que dele se afasta. Na legenda está escrito: “Não terá, decerto, manifestação congratulatória promovida pelo belo sexo, o honrado ministro do interior que acaba de desfechar tremendo golpe com a sua resolução, negando ao belo sexo o direito do voto”.

**Figura 4** – Charges sobre os pedidos de alistamento feminino



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ed. 584, 29.mar.1890, p.4-5.

Os outros desenhos da série enfatizam a repercussão da recusa do ministro em reconhecer o alistamento feminino. Nas figuras 5 e 6 o autor destaca comentários femininos sobre o desfecho do pedido, tanto na rua quanto no ambiente doméstico, iniciando com o seguinte diálogo: “-Que homem antipático! – Despeitado!... Sabia que não seria o nosso eleito... – Eu logo vi e bem te dizia que ele nos negaria o direito do voto. – Pois se ele é tão feio! Que cara! ... Vê só como a ‘Revista’ o pinta com a nariz tão comprido! ...”

Figura 5 – Charges sobre os pedidos de alistamento feminino



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ed. 584, 29.mar.1890, p.4-5.

A derradeira sequência de desenhos, mostrados na figura 6, deixa entrever, novamente, a visão do autor sobre o despreparo feminino para o mundo político, uma vez que, nesses desenhos, ele destaca que as mulheres fariam intrigas sobre o ministro baseadas na sua aparência física, como se percebe no primeiro desenho que traz a legenda: “Afirmam mesmo, que algumas das nossas gentis leitoras, procuram fazer opposição ao illustre ministro, colaborando nos números da ‘Revista’. Aumentam-lhe o nariz, deitam-lhe óculos, etc, etc.”. Já a próxima imagem evidencia um suposto diálogo entre duas mulheres em que, de forma enfática, uma delas afirma: “-Visto isto, minha cara, eu me baterei pela constituinte.” Ao que sua companheira rebate: “ – Pois eu prefiro a ditadura! ”.

Figura 6 – Charges sobre os pedidos de alistamento feminino



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ed. 584, 29.mar.1890, p.4 e 5.

A derradeira imagem da sequência mostra uma mulher raivosa partindo para cima de um homem, com o seguinte diálogo: “- E a conspiração do belo sexo chega a ser um novo martírio para os pobres genros: - Foi o sr! Foi o sr, que é um peralta! quem nos intrigou com o ministro!”

De forma que através do recurso da charge, o articulista enfatiza a forma como os pedidos por uma maior participação feminina no mundo político estavam sendo considerados por alguns membros da imprensa, ou seja, mais como um capricho ou destemperado das mulheres do que com seriedade. Bom salientar que, nesse momento, em nenhum lugar do mundo, fosse ele regido pelo sistema monárquico ou republicano, o voto feminino era permitido para as mulheres. Somente em 1893 a Nova Zelândia concedeu tal direito as suas cidadãs.

Por sua vez, o periódico *A Família* comentou o ocorrido em um editorial intitulado *O direito de voto*, assinado pela própria Josefina. Este bem resume os argumentos que viriam a inspirar os futuros questionamentos da inserção da mulher nas lides eleitorais do país e deixa entrever uma possível inspiração para escrever a peça teatral, sua indignação com a injustiça cometida. Eis as palavras de Josefina:

A velha questão já vencida do direito de voto às pessoas de meu sexo teve, ao que consta, uma solução provisória pelo governo, a mais incompatível com o regime de igualdade, como é o republicano que agora possuímos. O governo, resolvendo a questão apresentada *não considera nem oportuna, nem conveniente qualquer inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres sui juris<sup>4</sup> ao alistamento e ao exercício da função eleitoral*. A solução supra pode ser considerada como não tendo razão de ser uma vez que se nos admitindo a votar, em virtude da lei vigente, nada se inova, nem se nos concede fora da lei. A grande questão está em se saber se a mulher está ou não na letra da lei para ser admitida à qualificação, e ninguém poderá negar que a respeito não há nem uma só disposição que a impeça de poder obter o título de eleitora. Ora, não há dúvida alguma em que pela lei vigente, toda aquela que souber ler e escrever é admitida a votar, consagrando o direito em tal caso como condição indispensável a qualquer pessoa para o exercício dessa faculdade, a condição de poder exercer conscientemente o privilégio eleitoral. A lei até hoje consagrando esse privilégio por não ter sido restringido a faculdade às mulheres, nunca foi discutida pelo fato de não ter sido invocada por nenhuma dama, que se quisesse valer dela. No momento em que se apela para a sua doutrina em favor de que pretensão, ela não pode deixar de ser cumprida à risca, e nesse caso, não há inovação em conceder-nos o direito de voto. Mas não fica só por aqui o nosso argumento acerca da inconsequência da resolução citada. Os privilégios e as teorias mais absurdas, fazendo o cortejo nefasto de teorias falsas que compunham o velho regime, haviam limitado à mulher na sociedade o papel precário de ser social sem direitos civis. Com a inauguração do regime republicano era natural que esses vícios e defeitos da forma decaída desaparecessem também. E, no entanto, a solução de que tratamos, veio tirar-me dessa doce ilusão. A questão é momentosa e há de por força produzir os seus naturais efeitos. No fim do grande século das reivindicações sociais não se poderá impunemente negar à mulher um dos mais sagrados direitos individuais. Iludida a vitória dessa conquista, ela ressurgirá por fim inteira e sublime, como a luz por

---

<sup>4</sup> *Sui Juris*: expressão latina que significa “direito próprio”. Comumente utilizada para designar “pessoa capaz” sob a qual não incide nenhum tipo de incapacidade legal ou que não está sob o poder de outro ou de tutela. Definição disponível em: <<http://www.centraljuridica.com/dicionario/>>

instantes obumbrada, ressurgue mais brilhante e intensa, cessada a causa que a impediu (*A Família*, 03.abr.1890, p.1, itálico no original).

Os argumentos apresentados por Josefina destacam a esperança de que o novo regime de governo trouxesse o reconhecimento do voto feminino e a esperança de mudanças profundas na sociedade, sentimento que a implantação do regime republicano havia despertado em algumas pessoas, tais como Josefina de Azevedo, que destilou a sua insatisfação nesse editorial. Tal como ela apontou nesse editorial a ilusão de que a implantação do novo regime pudesse também trazer uma mudança na percepção do papel feminino na sociedade não se concretizou. Mais um exemplo pode ser aqui apresentado, um artigo publicado na *Revista Ilustrada*, em abril de 1890, que destacou:

as mulheres requereram o direito do voto que lhes foi negado porque são mulheres. O meu colega João Ribeiro, declarou-se pelas saias, mas estacou nesta interrogação: ‘Quem dará de mamar as crianças?’ [...]. Tem razão João Ribeiro. Ainda há mais contra as mulheres o argumento da suspeição. Frágeis criaturas, criadas para misteres especiais, sobra-lhes o coração e falta-lhes a serenidade austera, imprescindível nos atos de deliberação. As casadas votarão nos maridos...das outras. Era um voto perdido, é verdade, e que não fazia peso na massa do eleitorado masculino. [...] Eleição tumultuosa: fanaticos no chão e leques no espaço, urnas viciadas, confusão, eleições nulas. Por esses inconvenientes previstos pela sabedoria do Sr. ministro do interior, morreu nas senhoras brasileiras a esperança [...] (*Revista Ilustrada*, n.585, 5.abr.1890, p.3).

Contudo a esperança de participar das lides eleitorais não esmoreceu, pelo menos em Josefina Álvares de Azevedo, que passa a elaborar uma peça teatral sobre a polêmica questão. O fato do governo ter considerado o pedido de alistamento como *inoportuno e inconveniente* será um dos fatores mais debatidos nos anos vindouros, quando o mote do sufrágio feminino voltou a ser tema de discussões nacionais. Também deve ser salientado, uma das conclusões de Josefina, a saber: “a grande questão está em se saber se a mulher está ou não na letra da lei para ser admitida à qualificação”. E é na *letra da lei* que a questão será discutida a partir de então, até a conquista do voto feminino, em 24 de fevereiro de 1932.

## O VOTO FEMININO – A PEÇA TEATRAL

A peça foi escrita em abril de 1890, logo após a negativa do ministro Alvim em regulamentar o alistamento feminino de algumas mulheres no Rio de Janeiro, como destacado.<sup>5</sup> A forma como

---

<sup>5</sup> Valéria Souto-Maior conjectura que a peça foi encenada somente uma vez no Rio de Janeiro, em 26 de maio, contudo através de uma busca nos jornais da época foi possível determinar que a peça foi reencenada, pelo menos mais sete vezes no mesmo ano (*Diário do Comércio*, 20.jun.1890). A peça também foi rerepresentada na capital federal em outras ocasiões, tais como em janeiro de 1891, no *Theatro Phenix Dramática* (*Diário de Notícias*, 22.jan.1891) e em maio de 1893

Josefina decidiu abordar a questão do sufrágio feminino no seu texto – como uma comédia –, fez com que usasse a seu favor uma das armas dos que eram contra a emancipação feminina, ou seja, o riso, a pilhéria. Usar as armas do “inimigo” para defender a sua causa foi a estratégia empregada por Josefina. Tal estratagem permitiu que ela tocasse em assuntos sérios e caros para ela com muito mais liberdade do que ela poderia tratar no seu jornal.

O tema proposto pela autora é um embate entre homens e mulheres em que cada gênero defende o seu ponto de vista. A ação se passa na sala de um rico senhor de nome Anastácio, casado e pai de uma filha. A notícia que inspira toda a ação é a possibilidade de se estender o voto para as mulheres, através de uma consulta feita ao governo, sendo que os personagens estão à espera da decisão do ministro para o caso. Como se percebe, Josefina utilizou a consulta feita ao ministro Alvim para compor a sua história, empregando elementos do cotidiano para fazer a sua crítica ao caso e destilar seus argumentos.

Logo nas primeiras cenas desta comédia os personagens são apresentados: três casais, sendo dois da elite e um da classe servil, que irão se digladiar numa verdadeira guerra dos sexos. Homens de um lado e mulheres do outro. Os casais da elite fazem parte de uma mesma família e nesta as mulheres representam as mulheres cultas da época, as quais estavam exigindo uma maior participação na vida política do país. O homem mais velho foi retratado pela autora como uma caricatura de um representante da elite da época, ex-conselheiro e ministro do Império, o chefe da família que, ao sentir a sua posição ameaçada pelas exigências de uma maior participação na vida pública pelas mulheres, procura podar qualquer iniciativa nesse sentido.<sup>6</sup>

Destaco algumas cenas da peça que bem exemplificam tanto as diferenças nas percepções masculinas e femininas quanto as mudanças que estavam ocorrendo no final do século XIX. Na peça, também são enfatizados argumentos pró e contra o voto feminino. Nas duas primeiras cenas, tem-se a reprodução de uma discussão do casal mais velho (Anastácio e Inês) ocasionada por um erro mínimo nas contas dos víveres comprados para a casa e descoberta por Anastácio. Inês, a esposa, sente-se desacetada por ter sua atenção chamada para este caso e responde ao marido:

INÊS – E o senhor queria que eu deixasse os meus afazeres para estar a tomar conta dessas insignificâncias...

ANASTÁCIO – Sem dúvida. É este o dever de uma boa dona de casa.

---

no *Theatro Sant'Anna* (Gazeta de Notícias, 05.maio.1893) e em 23 e 24 de junho de 1894, no *Theatro Phenix Dramática* em uma homenagem aos “digníssimos representantes do Congresso Nacional” (*Gazeta de Notícias*, 23.jun.1894; *O Paiz*, 24.jun.1894). Em 1895 a peça é anunciada como estando em cartaz no *Theatro Variedades*, no dia 18 de novembro (*Gazeta de Notícias*, 15.nov.1895; *A Notícia*, 21 e 22. nov.1895). Tais reapresentações mostram o vigor da peça e que esta surtiu certo impacto na sociedade da época.

<sup>6</sup> Uma encenação de parte da peça feita por alunos da disciplina *Interpretação Teatral* do curso de Teatro da UDESC, no ano de 2015, tem o seu acesso disponível para consulta em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_7Zr0r0cORI](https://www.youtube.com/watch?v=_7Zr0r0cORI)>. Acesso: 23.mar.2018.

INÊS – Meu dever?! Oh! Senhor Anastácio, pois o senhor quer que a mulher de um ex-conselheiro esteja a ridicularizar com a criada?

ANASTÁCIO – Ricularias! Ricularias! Para a senhora só são importantes as discussões de política, a literatura piegas desses franchinotes que andam peralteando pela rua do Ouvidor, as borradas dos pintores, os teatros, os partidos, e até os duelos! Senhora D. Inês, a senhora não se sai bem desta vez. Os duelos!

No trecho exposto, salienta-se que o homem exige da mulher que ela se preocupe com o que é a sua verdadeira razão de viver, ou seja, a casa e os afazeres domésticos, e não com o que acontecia fora das paredes do lar, no ambiente público. Anastácio, um representante do Antigo Regime, não admite as mudanças que estão ocorrendo no final do século, tal como se pode perceber neste trecho:

INÊS – Estamos no fim do século XIX, em que o livre arbítrio faz de cada criatura um ser igualmente forte para as lutas da vida, ouviu?

ANASTÁCIO – Tá, tá, tá, tá. Ora figas! Qual lutas da vida! Qual livre arbítrio! Qual século XIX! Qual nada! A mulher foi feita para os arranjos de casa e nada mais!

Quanto à questão política e à possível participação das mulheres, a palavra de Anastácio é uma só: não admite tal fato.

ANASTÁCIO – Ó senhora, eu já lhe disse que não me meta a mulher na política!

INÊS – Que! Não meter a mulher na política! Oh! Senhor Anastácio, a mulher não é porventura um ser humano, perfeitamente igual ao homem?

ANASTÁCIO (*com calma*) – Sei lá! O que sei é que a política não foi feita para ela. A mulher metida em política, santo Deus!...

O segundo casal de personagens também integra a elite e é representado pela filha do casal – Esmeralda – e seu marido, Rafael, de profissão deputado. A filha recebeu educação superior, fato destacado na fala de sua mãe, D. Inês, na sétima cena da peça. Esse mote é aproveitado pela autora, Josefina Azevedo, para expor (e rebater) um dos argumentos utilizados pelos detratores do sufrágio feminino, a saber: o de que a mulher seria inferior ao homem. Acompanhemos o diálogo:

INÊS – E o senhor não sabe que uma mulher não é inferior ao homem?

ANASTÁCIO – É, é, e será sempre. Para mim nem há dúvida.

ESMERALDA - Isto é conforme, papá.

RAFAEL - Sim, é conforme.

ANASTÁCIO – Qual conforme! É e é!

INÊS – Não é, não é e não é. Que desaforo! A mulher inferior ao homem! Então foi para ser inferior a um carroceiro que o senhor mandou educar sua filha?

ANASTÁCIO - Foi para ser uma belíssima mãe de família. Ora figas!

RAFAEL (*entusiasmando-se*) – Apoiado.

INÊS – (*olhando para Rafael*) – Foi para ensinar ao marido, assim como eu ensinei ao senhor. Ora aí está pra o que foi!

D. Inês também sugere que, tão logo seja aprovado o direito de voto para as mulheres, sua filha concorra a um cargo de deputada, uma vez que até aquele momento Esmeralda teria ajudado o marido em todas as suas lides profissionais, tal como se lê no trecho abaixo:

ESMERALDA – É bom de dizer, a senhora sabe, que ele tem sido sempre deputado... E não há melhor emprego do que esse.

INÊS – De ora em diante será tu. Se lhe há de estar todas as noites a ensinar o que ele há de dizer, vai tu mesma dizer o que sabes.

ESMERALDA – Pobre Rafael! Ele que deseja tanto subir!...

INÊS – Sobe tu. Faz-te deputada, (*aparece ao fundo a criada*) depois senadora, depois ministra, e talvez que ainda possas chegar a ser presidente da república...

O marido de Esmeralda é retratado como um homem sem muitas convicções, que não quer desagradar à esposa e nem ao sogro quando se trata da questão da aprovação do voto para as mulheres, retratando, talvez, os indecisos nessa questão. Suas palavras bem expressam este fato, como se pode acompanhar nos trechos abaixo destacados. O primeiro retirado da cena seis:

RAFAEL – Eu!...Eu!...Aplaudo com entusiasmo essa propaganda.

ESMERALDA (*sorrindo*) – Aplaudes? Fazes muito bem.

RAFAEL – E dou-lhes o meu voto.

ESMERALDA – Enfim, vamos ter o direito de voto.

INÊS – E o de sermos votadas.

Já na cena sete se percebe mais claramente a indecisão de Rafael, que pode também representar, na visão da autora, um novo homem, que estaria despontado no final do século: um novo homem para um novo século? Talvez, mas quando Rafael é interpelado pelo sogro, exigindo uma posição no caso, acaba seguindo-o, mesmo sem mostrar muita convicção:

ANASTÁCIO (*dirigindo-se a Rafael*) – Meu genro, estamos perdidos, a revolução das saias entrou-nos porta adentro: é preciso reagir. A mulher votante! Com direito aos cargos públicos! Que desgraça! Que calamidade!

INÊS – Calamidade é a de termos homens como o senhor que procuram aniquilar os nossos direitos em proveito da sua vaidade.

ANASTÁCIO (*para Rafael*) – O que diz a isso?

RAFAEL (*atrapalhado, olhando para Esmeralda*) – Eu... eu não digo nada.

ANASTÁCIO – Se o senhor tem aprovado a atitude delas.

ESMERALDA – Porque é justo meu pai.

ANASTÁCIO – Até a senhora! Está desejosa por votar e ser votada, ir ao parlamento, sobraçar uma pasta, andar de coupé e ordenanças! São assim todas as mulheres. Ah! Mas eu hei de ensiná-las! Agora é comigo. Senhor meu genro, venha daí. É preciso ser homem, ouviu? Ser homem! (*empurrando-o na frente*) Ande, mexa-se.

Outro dos argumentos utilizados pelos antissufragistas também é destacado por Josefina na sua peça, a saber, o de que a maternidade impediria a mulher de se imiscuir na vida política do país. Sobre esse empecilho, assim o comenta Inês, mais uma vez revertendo o argumento para o seu lado da contenda:

INÊS – Havemos de ser iguais; se a mulher está habilitada para ser mãe, essa missão sublime e grandiosa, porque o não há de estar para exercer o direito de voto?

A grande preocupação dos homens, representada pela saída das mulheres do ambiente doméstico para o público, também aparece retratada na fala dos personagens masculinos da peça. Nesta se destaca o medo de que uma inversão nos papéis dos gêneros estivesse em ação, como se pode observar nas falas abaixo destacadas:

Cena 7<sup>a</sup>

ANASTÁCIO – Que querem que façam os homens? Que cedam o lugar às mulheres? Que vão para a cozinha? Que vão dar ponto nas meias?... Que vão... amamentar crianças? [...]

Cena 10<sup>a</sup>

[O casal de criados – Joaquina e Antonio discutem sobre a “revolução” proposta pelas patroas]

ANTONIO – E eu que fico fazendo?

JOAQUINA – Tu não precisa trabalhar, não, ficas em casa.

ANTONIO – Para lavar tuas saias e esfregar a tua roupa? Eu nunca tive jeito para esfregações... [...]

Cena 11<sup>a</sup>

ANASTÁCIO – Está claro! Votam as mulheres, as mulheres são votadas! Para elas os empregos, as honras, as posições, e tudo, tudo! Que há de fazer o homem? Ficar em casa pregando colchetes nas saias?

E esse medo arraigado de uma inversão nos papéis parece ser o que finalmente convenceu Rafael da justeza da luta do sogro, de modo que tenta impedir que o “caos” se instale na sua casa e assim se pronuncia na 14<sup>a</sup> cena:

RAFAEL – Nunca, repito. O direito de voto não há de vir.

ESMERALDA – Olá, senhor meu marido, então o senhor também?...

RAFAEL – Não... sim... Mas isso é uma invasão de atribuições.

O desfecho da ação é dado a conhecer na última cena da peça:

ANASTÁCIO – O ministro despachou a consulta que lhe foi submetida, nestes termos: (*lé*) O governo resolvendo a questão apresentada não considera nem *oportuna*, nem *conveniente*, qualquer (*aparece Antonio*) inovação na legislação vigente



no intuito de admitir as mulheres *sui juris* ao alistamento e ao exercício da função eleitoral!

Esse fato foi muito comemorado pelos personagens masculinos, mas também gerou um sentimento de esperança para as mulheres, conforme se percebe na fala final de Esmeralda:

ESMERALDA – Não se entusiasmem tanto. Ainda temos um recurso. Aguardemos a Constituinte.

Assim a peça de Josefina traz à tona – de forma resumida – questões que estavam em voga na sociedade da época no que diz respeito ao voto feminino. Argumentos pró e contra a essa demanda feminina são ali explicitados, argumentos esses presentes em quase todo o período da Primeira República no Brasil. Sobre o temor masculino de admitir a equiparação política entre os gêneros, evidenciado pela autora nessa peça, esse pode ser mais bem compreendido ao levarmos em conta as considerações de Peter Gay (2001) sobre o assunto. Em seu estudo o autor salienta que o grande temor dos que eram contrários a qualquer tipo de equiparação entre os gêneros, no final do século XIX, deve ser considerado no sentido de essas reivindicações pareciam desafiar as

[...] distinções supostamente dadas por Deus e eternamente válidas. Os feministas, homens e mulheres, pareciam desejar apagá-las, ou talvez eliminá-las de vez. É por isso que os protestos contra o acesso das mulheres à propriedade, às profissões e ao voto eram tão automáticos, tão ferozes – tão palpavelmente ansiosos (GAY, 2001, p.295).

A forma como Josefina escolheu apresentar a questão – uma comédia – serviu de ensejo para que, através de uma abordagem caricata, ela desnudasse alguns dos preconceitos sobre os pedidos de uma maior participação feminina no mundo político. A peça também deixa transparecer uma expectativa/esperança de mudanças que estava sendo depositada na nova Constituição, a ser elaborada. Esperança que uma nova era – a republicana – parecia poder suprir.

## REPERCUSSÕES DA PEÇA NA IMPRENSA

A peça repercutiu na imprensa da época e, antes mesmo da sua estreia, o jornal *Novidades* destacou:

[...] ouvi um destes dias a leitura de uma comedia graciosa e cintilante, devido à pena de uma das mais talentosas representantes do sexo frágil. A impressão que me ficou dessa audição foi agradabilíssima. [...] Tenho certeza de que a impressão que receberá o público na noite de 26 do corrente, quando vir representar-se pela primeira vez a graciosa comedia [...] será a melhor possível. Eu, declaro, desde já,

estou aprontando flores e *bouquets* para arroja-los aos pés da inteligente escritora (*Novidades*, 10.maio.1890, p.1).

Os anúncios publicados pelo *Theatro Recreio Dramático*, nos jornais da capital federal, procuraram enfatizar a “estrela na literatura dramática da distinta escritora brasileira d. Josephina Alvares de Azevedo [...]. Enérgica e vibrante peça de combate em favor dos direitos políticos do belo sexo” (*Gazeta de Notícias*, 26.maio.1890, p.6). O *Diário do Comércio* destacou que a peça era “o primeiro trabalho da nossa talentosa colega, que vai ser julgado hoje [...]. Como jornalista a Exma. autora do *Voto Feminino* está julgada: seu jornal – *A Família* – é sempre recebido com agrado e lido com prazer, sua pena tem primores de linguagem que encantam” (*Diário do Comércio*, 26.maio,1890, p.2). Como bem lembra Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco:

No século XIX, os textos escritos por mulheres e publicados em livros, jornais e revistas, dependendo do tema abordado, eram alvo de especial atenção e estavam sujeitos a muitas críticas. Assim, é comum encontrarmos nos escritos femininos dessa época a convivência de propostas de mudanças bastante radicais com relação ao comportamento feminino ao lado de afirmações extremamente convencionais. As escritoras faziam isso porque se preocupavam com as repercussões de seus escritos entre o público leitor e com as represálias que podiam sofrer por pensarem muito diferente (PRADO, FRANCO,2012, p.207).

A peça teatral de Josefina sofreu duras críticas como se pode acompanhar na imprensa, ainda mais pela ousadia de uma mulher tratar de assuntos de cunho político. Um artigo publicado destacou o fato da peça ser escrita por uma mulher com as seguintes palavras:

Não sou, porém, de opinião que [Josefina] continue na estrada que encetou [escrever peças teatrais], o escritor de teatro está sujeito a uma crítica severa e exposto aos comentários do público a propósito de qualquer frase ambígua que tenha a sua peça. Com um homem, as considerações do público têm um limite; com uma senhora, não. E, ou ela há de fazer um trabalho medido, estudado em todas as suas frases para não revelar conhecimentos que não lhe ficam bem, ou há de se sujeitar-se ao sorriso e aos comentários do público, que neste ponto é desapiedado. Já Rosseau, falando das mulheres que escreviam romances, no seu tempo, dizia que não as achava convenientes porquanto revelavam uma experiência e conhecimentos do homem eu não lhes faziam muita honra. No seu jornal – *A Família* a Exma. Sra. D. Josephina de Azevedo tem-se feito respeitada pelo seu talento, porque é um jornal literário, dentro dos limites do sexo a que pertence a sua redatora; no teatro ou deve fazer trabalhos insulsos ou coisas que não ficam bem a seu sexo. [...] (*Diário do Comércio*, 29.maio,1890, p.2).

O espetáculo gerou reações do público tanto favoráveis como contrários ao tema da emancipação feminina. As reações negativas destacavam ser a peça “pobre de ação e pobre de espírito (sem malícia) medíocre até a raiz dos cabelos” (*Revista Illustrada*, 31.maio.1890 ,p.6). O *Diário do Comércio* comentou: “O *Voto Feminino* não é um mau trabalho, tem mesmo merecimento

relativo, atendendo-se que é uma estreia e de uma senhora. Simples, sem enredo algum, falta-lhe a forma própria, é fraquíssima na linguagem e não possui esses pequenos truques que prendem a atenção do espectador e que o entusiasma” (*Diário do Comércio*, 29.maio,1890, p.2).

A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, achou a peça “uma coisinha leve e desprezível, mas com bastante graça e muito corretamente escrita” (30.maio.1890, p.3) e, salientou que “a apreciação feita pelo *Diário do Comércio*, sobre a comédia *O Voto Feminino*, parece obra de homem despeitado contra a emancipação das mulheres. Assim penso e como eu muitos espectadores” (*Gazeta de Notícias*, 31.maio.1890, p.3). Um longo artigo publicado no jornal *Novidades*, destacou que apesar de ser uma bela estreia a peça não conseguiu convencer o articulista de que a mulher deveria se imiscuir em política, pois ela já teria uma missão nobre a de ser “companheira do homem”. De modo que ele considerava que

Nunca se chegará a equilibrar os direitos da mulher com os direitos do homem. Nunca, [...]; e nem, se tal se fizesse, isso seria progresso, como querem que seja. Seria apenas uma medida contra a própria natureza. Seria desequilibrar a sociedade [...] Vós quereis tudo, tudo tal qual como nós [...]. Sim, porque eu imagino que VV. EEx. não querem apenas, votar e ser votadas, ser medicas e ser advogadas. Quereis exercer a vossa inteligência em todos os misteres. [...] Porque não continuará V. Ex. a ser simplesmente uma mulher chique, distinta, inteligente, redigindo com utilidade o seu jornal, e escrevendo com talento as suas comédias? Porque, não falando mais do que em nós ambos (e há nisto, para mim apenas, grande honra, respeitosamente o digo). Porque não continuaremos a ser o que somos? [...]

Para o articulista, se as mulheres adquirissem o direito de voto, o caos estaria instalado na sociedade e a discórdia acabaria tomando o lar. Antes de encerrar seu arrazoado ele declara:

Eu, por exemplo, se me casar, não quero que minha mulher tenha o seu título de eleitor, mas quero que tenha coração, não quero que seja letrada, mas que seja virtuosa, que seja um exemplo em que os filhos se mirem, bastante inteligente e educada para lhes fazer a eles uma preleção de moral, mas nunca de finanças, nem de garantias de juros a engenhos centrais [...]

Finaliza assim seu artigo avaliando que Josefina em vez de querer pleitear o voto deveria se preocupar em educar as mulheres para “o seu duplo e glorioso destino de ser esposa e de ser mãe. Educa-la para o trabalho e para a família. Esta é a grande, a magna questão” em vez de sentir inveja dos homens e do papel deles na sociedade, segundo suas palavras (*Novidades*, 06.jun.1890, p.2). Tais inserções na imprensa mostram que o texto de Josefina alcançou sucesso ao perturbar a ordem estabelecida e desnudar os argumentos contra a inserção feminina em qualquer negócio da esfera pública. As críticas ao seu texto expõem como as mentalidades são difíceis de mudar e que um

longo caminho teria que ser percorrido até que alguns direitos fossem reconhecidos para as brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo o objetivo principal que se quis destacar foi que a escrita tem feito parte do arsenal utilizado pelas mulheres como um instrumento de luta, nas suas reivindicações mais básicas e em prol da cidadania, desde o século XIX. Nele se salientou o exemplo de uma mulher, Josefina Alvares de Azevedo, e seus reiterados pedidos pelo direito ao voto. Como se viu, apesar da Proclamação da República ter dado a algumas mulheres, e Josefina entre elas, a esperança de uma maior participação no mundo público e político, esse pedido lhes foi negado. Os comentários publicados por seus colegas homens sobre a sua ousada peça teatral também expõem o medo de que qualquer direito adquirido pelas mulheres fosse confundido com uma possível tomada de poder e inversão de papéis na sociedade. Muitos dos argumentos utilizados no século XIX continuam a ser utilizados em pleno século XXI como um impedimento ao acesso a plena cidadania pelas mulheres. Josefina, e outras mulheres de sua época, tiveram que superar muitos obstáculos para poder ter sua voz ouvida na sociedade e seus escritos podem ser, hoje, considerados como armas de combate.

## REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Maria Thereza C. Crescenti. **Mulheres de Ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX. IN: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e Submissão**. Estudos sobre Condição Feminina. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 79-99.
- BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002. Vol. III.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Século XIX – Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autentica, 2016.
- GAY, Peter. **A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud**. Vol. 3: O Cultivo do Ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. pp.17-29.
- MUZART, Zahidé Lupinaci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas** [on-line], vol.11, n.1, jan.jun.2003. pp.225-233.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Riso do Outro: Mulher e Caricatura na Virada do Século. In: FAZENDO GENERO. **Anais do Seminário de Estudos sobre a Mulher**. Centro de Publicações Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 1996.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. pp.4 194-217.

SCHUMAHER, Shuma, BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n.3, set./dez. 2005. p.591-611.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. **O Florete e a Máscara**: Josefina Alvares de Azevedo, dramaturga do século XIX. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.

**Title**

Josefina Alvares de Azevedo and the play *Female Vote*: the writing as a fighting instrument

**Abstract**

The purpose of this article is to present Josefina Alvares de Azevedo, owner and editor of a newspaper in the late nineteenth century entitled *The Family* and, through the analysis of her first play, *Female Vote*, highlight the role of writing as an instrument of women's struggle. The play emphasizes the main arguments for and against the insertion of the Brazilian women in the electoral campaigns, exposing some issues that were in vogue at the time on the controversial question. Thus, we try to emphasize a woman's perspective on the issue of female insertion in the public and political world at the end of the nineteenth century. The theme exposed in the play retains its relevance by asking questions that, more than a century after its exposition, remain controversial and unresolved. The low participation of women in national political life is one of the current concerns of researchers in the 21st century and has even been the target of governmental measures that seek to stimulate access to traditional power through quotas for women in political parties. This phenomenon appears in national, state and municipal terms, showing the actuality of the questions proposed by Josefina Alvares de Azevedo in his work.

**Keywords**

Feminine emancipation; Josefina Alvares de Azevedo; political participation; female vote.

---

Recebido em: 29/03/2018.

Aceito em: 20/04/2018.